

# Sumário

---

AGRADECIMENTOS .....	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	9
PREFÁCIO .....	11
APRESENTAÇÃO .....	15
INTRODUÇÃO .....	21
1. O SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES JUDICIAIS: UNIDADE DO DIREITO, RACIONALIDADE DECISÓRIA E A DETURPAÇÃO EFICIENTISTA .....	23
1.1. O percurso de valorização, em âmbito nacional, dos precedentes judiciais: a nova compreensão da teoria das fontes do direito e o papel dos Tribunais na modelagem de pautas de conduta .....	36
1.2. Afinal de contas, o que é precedente? Análise dos elementos estruturantes....	46
1.2.1. <i>Ratio decidendi/Holding</i> .....	53
1.2.2. <i>Obiter dictum</i> .....	58
1.2.3. <i>Material facts</i> .....	61
1.2.4. <i>Dissenting Opinion</i> .....	64
1.2.5. Distinção ( <i>Distinguishing</i> ) .....	65
1.3. Diferenciação entre o precedente judicial e institutos correlatos .....	68
1.3.1. Precedente x Jurisprudência .....	69
1.3.2. Precedente x Costume.....	71
1.3.3. Precedente x Súmula .....	72
1.3.4. Precedente x Ementa .....	73
1.3.5. Precedente x Coisa Julgada .....	74
1.3.6. Precedente x Tese/Temas .....	77

1.4.	Intersecções entre o sistema de precedentes e estrutura processual de julgamento de casos repetitivos .....	81
1.4.1.	O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas – IRDR e os Recursos Excepcionais Repetitivos .....	84
1.5.	A segurança jurídica enquanto garantia de evolução sem sobressaltos e a superação de precedentes judiciais.....	92
1.5.1.	Superação total e parcial de precedentes ( <i>Overruling</i> e <i>Overturning</i> ) ...	95
1.5.2.	Sinalização .....	99
1.5.3.	<i>Reversal</i> .....	100
1.5.4.	Regras de transição. Modulação de efeitos ( <i>prospective overruling</i> , <i>pure prospective overruling</i> e <i>prospective-prospective overruling</i> ). Modulação temporal, territorial e subjetiva .....	101
1.6.	Afinal de contas, somos um sistema de precedentes ou de condensações linguísticas (teses e temas)? .....	107
2.	REFUNDAÇÃO DO SISTEMA JUDICIAL, A PARTIR DO PARADIGMA DAS NOVAS TECNOLOGIAS .....	111
2.1.	O fim da acessoriedade e o papel central dos novos arranjos tecnológicos no aparato jurisdicional .....	111
2.2.	O Devido Processo Legal Tecnológico como fio condutor da nova arquitetura de Cortes Online .....	126
2.3.	A inteligência artificial e a customização do iter procedural.....	128
2.3.1.	<i>Big data</i> , <i>Data mining</i> e jurimetria .....	129
2.3.2.	Escorço histórico do surgimento da inteligência artificial.....	132
2.3.3.	Inteligência artificial específica, capaz e geral: implementações, testes e projeções .....	136
2.3.4.	<i>Machine Learning</i> (supervisionado, não supervisionado e por reforço) e <i>Deep learning</i> .....	139
2.3.5.	Processamento de Linguagem Natural. <i>Large Language Model</i> .....	142
2.3.6.	Inteligência artificial generativa .....	143
2.3.7.	Riscos decorrentes do uso da inteligência artificial no sistema de justiça .....	146
2.3.7.1.	Falta de transparência que impede a explicabilidade, a controlabilidade e a contestabilidade. Incidente processual de explicabilidade em relação ao uso de IA pelo Poder Judiciário .....	146
2.3.7.2.	Enviesamento algorítmico.....	152

---

2.3.7.3.	Discriminação algorítmica.....	155
2.3.7.4.	Alucinação maquínica.....	159
2.3.7.5.	Violação ao direito fundamental à proteção de dados pessoais .....	166
2.3.8.	O apoio da inteligência artificial para a produção de atos judiciais ....	174
2.3.8.1.	Fundamentação judicial apoiada por sistemas computacionais inteligentes: desafios constitucionais e infra-constitucionais .....	174
2.3.8.2.	Atos materiais executivos oriundos de sistemas computacionais: Execução comum e Execução Fiscal.....	178
2.3.8.3.	<i>Online Dispute Resolution</i> , Inteligência Artificial e Poder Público: uma equação necessária .....	189
2.3.8.4.	Duas questões sobre o uso da Inteligência Artificial e seus impactos no direito probatório: perfície algorítmica e <i>deepfakes</i> .....	192
3.	TEORIA TECNOLÓGICA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO ADEQUADA DO DATASET .....	197
3.1.	Estamos engatinhando e já queremos correr: a saga dos números judiciais e a otimização a qualquer custo .....	197
3.2.	Impactos da tecnologia na formação e aplicação dos precedentes judiciais....	200
3.3.	A complexidade multifatorial do arcabouço fático e sua possível captação pelos sistemas computacionais.....	202
3.4.	Será que nosso destino é a mera subsunção tecnológica dos precedentes judiciais? .....	203
3.5.	VICTOR, VITÓRIA, ATHOS e PEDRO: tentativas de contribuição dos sistemas computacionais para o sistema de precedentes judiciais .....	205
3.6.	A construção adequada do dataset como um caminho plausível para a atuação sinérgica homem/máquina, na aplicabilidade assertiva do sistema de precedentes judiciais .....	209
3.7.	Da conceituação: o que se pode entender por <i>Dataset</i> ?.....	210
3.7.1.	<i>Dataset</i> de treinamento .....	211
3.7.2.	<i>Dataset</i> de validação .....	212
3.7.3.	<i>Dataset</i> de teste .....	213
3.7.4.	Teses, temas e súmulas devem ser rotulados como dados necessários para a aplicabilidade tecnológica de precedentes judiciais?.....	213
3.7.5.	Até que ponto a <i>ratio decidendi</i> é o caminho para o aperfeiçoamento do <i>dataset</i> ? .....	216

3.7.6. Como ponderar as circunstâncias fáticas substanciais e operacionalizar o <i>distinguishing</i> ?	217
3.7.7. <i>Overruling</i> e <i>overturning</i> e a revisão periódica do dataset	218
3.7.8. A atualização legislativa e a falta de aderência dos dados à nova realidade	219
3.8. O caso do sistema computacional PEDRO	220
3.9. Standards para a construção do dataset de sistemas computacionais inteligentes que se destinem ao trabalho com precedentes judiciais	223
3.9.1. Representatividade adequada dos dados formadores do dataset	223
3.9.2. O dataset não pode ser composto, exclusivamente, pelas simplificações linguísticas dos pronunciamentos referenciais: teses, temas e súmulas	224
3.9.3. Necessidade de o dataset contemplar, de algum modo, os aspectos fáticos substanciais do precedente	225
3.9.4. O dataset deve contemplar os fundamentos determinantes ( <i>ratio decidendi</i> ) e as questões ditas de passagem ( <i>obiter dictum</i> )	226
3.9.5. A inclusão das ementas no dataset, desde que não se configurem como único insumo informacional para a aplicação do precedente	227
3.9.6. O dataset precisa contemplar as modulações de efeitos eventualmente adotadas pelos Tribunais	228
3.9.7. A necessidade de o dataset ser atualizado, diante de eventual superação de entendimento, a partir de uma lógica de curadoria permanente	228
4. CONCLUSÕES	231
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235